

Debandada adia para novembro segundo turno da votação

Da Sucursal de Brasília



A votação em segundo turno da emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte e da reforma tributária acontecerá somente após 15 de novembro, conforme decisão tomada ontem pelos líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Hélio Gueiros. O adiamento foi decidido devido à debandada geral dos congressistas verificada durante todo o dia de ontem. Isto levou os líderes a interromper os esforços pela imediata retomada da votação das emendas.

Ambas foram aprovadas em primeiro turno, em duas sessões conjuntas do Congresso, que, de terça-feira até a manhã de ontem, consumiram mais de 30 horas. No caso da emenda de convocação da Constituinte, o deputado Valmor Giavarina, também resta ao Congresso examinar cinco destaques (aspectos da emenda que serão votados em separado).

Além da debandada dos parlamentares, contribuíram para o adiamento os receios do Palácio do Planalto de que o descontentamento de parcela de deputados e senadores do PMDB, com a derrota da subemenda que previa anistia mais ampla para militares, viesse a traduzir-se em votos contra a aprovação da emenda que convoca a Constituinte. A emenda mantém o essencial da proposta enviada por Sarney ao Congresso.

Assim, a desmobilização não encontrou qualquer resistência por parte do Executivo.

Independente da nova data de votação das emendas constitucionais, Pimenta da Veiga anunciou o propósito de votar na próxima semana o projeto da nova Lei dos Partidos Políticos, que exige aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Discordâncias

Para a votação das emendas, o líder do PMDB acha que seria mais conveniente fixar alguma data entre 20 de novembro e 5 de dezembro. Já o senador Hélio Gueiros propõe dia 18 para a retomada dos trabalhos. Ao avaliar ontem o resultado das votações nos últimos dias, ambos recusaram-se a aceitar a versão de que a posição do PMDB acarretará prejuí-

zos eleitorais aos candidatos do partido nas eleições municipais. Segundo Pimenta da Veiga, "pelo contrário, o resultado da votação trará estímulo e repercutirá positivamente junto ao eleitorado, porque o PMDB viveu dias de glória: nossos compromissos foram resgatados com a convocação da Constituinte e com a ampliação da anistia". E acrescentou que "a anistia que aprovamos é tão ampla quanto a proposta na emenda do deputado Jorge Uequed, apenas escrita de forma diferente".

Já o líder Hélio Gueiros atacou o projeto de autoria de Jorge Uequed, derrotado na madrugada de ontem, porque "ele subverte toda hierarquia administrativa das Forças Armadas, atribuindo única e exclusivamente ao punido o direito de ficar ou não no serviço ativo". "É uma emenda

inaceitável, intolerável e inviável", disse.

Os dois líderes também manifestaram desentendimento em relação à emenda de autoria do PDS que propõe a revogação da expressão "sem prejuízo das atribuições constitucionais", inscrito no artigo primeiro da convocação da Constituinte. A suspensão da sessão ocorreu motivada pela falta de quórum no momento em que este assunto dividia os parlamentares, independente de filiação partidária. Pimenta da Veiga, defendeu a retirada da expressão "para aperfeiçoar o texto do substitutivo". A seu ver, a exclusão da referência às atribuições constitucionais dos constituintes, "abre caminho" para que, em vez de funcionar a Câmara e o Senado juntamente com a Assembleia, seja criada uma Co-

missão representativa dos parlamentares para a elaboração da legislação ordinária.

Também considerou que esta providência desvincula os futuros constituintes das responsabilidades congressuais, "aproximando-os mais do ideal de uma Assembleia pura".

O senador Hélio Gueiros discordou frontalmente, manifestando o temor de que a retirada daquela expressão conduza à exclusão dos senadores eleitos em 1982, como ele, da formação da Constituinte. "Querem nos transformar em 'bionicos'. E olha que nosso mandato vale mais do que os de 1986, porque nossa eleição ocorreu em período de coação e arbítrio, sendo as condições mais penosas do que as que encontrarão os políticos no pleito do próximo ano", disse.

Tadashi Nakagami

Não há restrições para o adiamento

Da Sucursal de Brasília

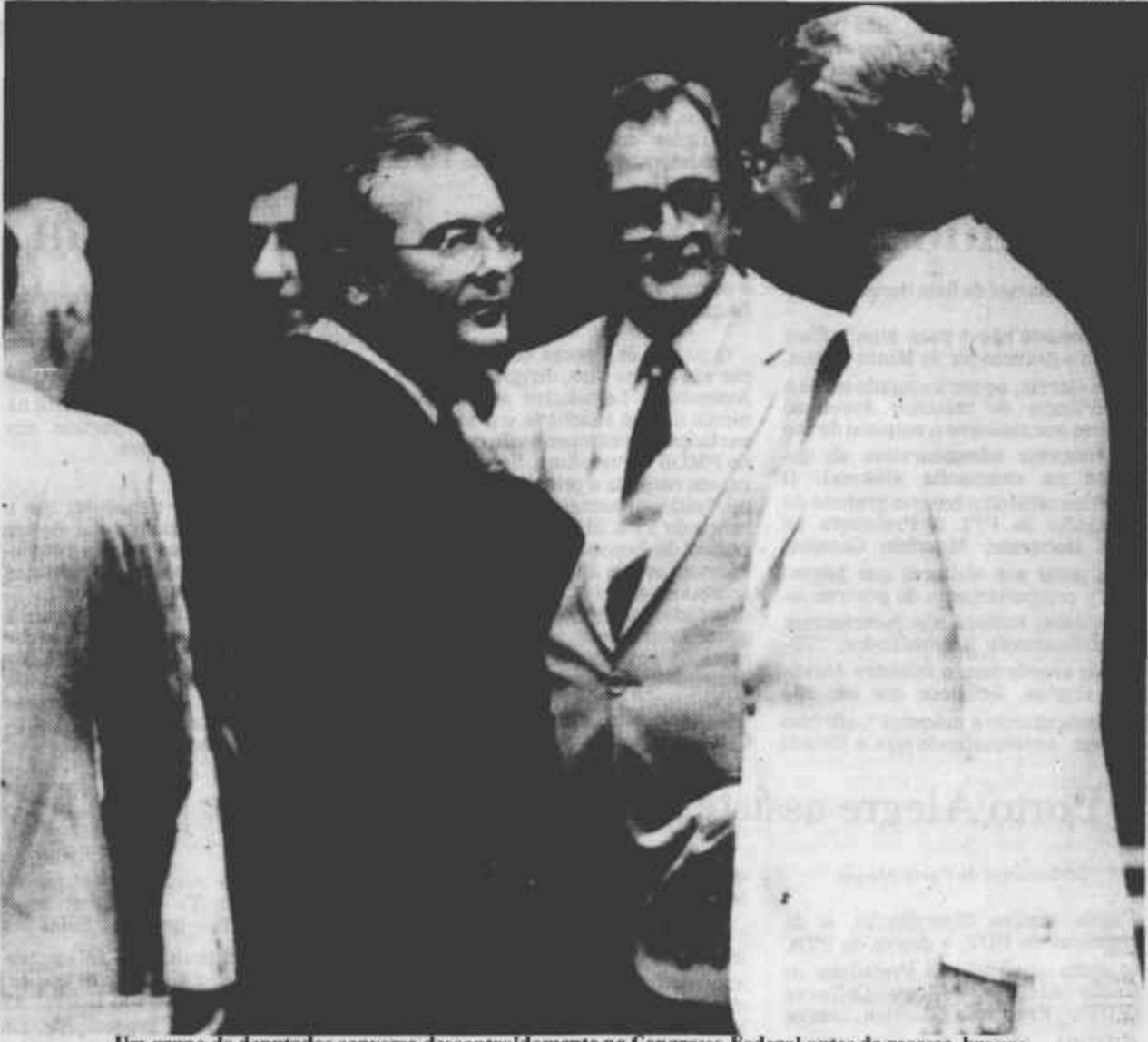
A interrupção do processo de votação da emenda que convoca a Constituinte não esbarra em qualquer restrição constitucional ou mesmo regimental. Essa era a interpretação predominante ontem, enquanto o Congresso se esvaíava e uma nova mobilização era adiada para a segunda quinzena do mês que vem.

Pelo regimento do Congresso, o espaço entre a votação de um turno e outro não pode ultrapassar o prazo de dez dias.

Esse dispositivo, entretanto, foi criado para se adequar ao prazo de noventa dias previstos em artigo —hoje inexistente— da Constituição anterior. Como na atual Carta Magna já não há prazo para votação de emenda constitucional, deixaria de

valer também o dispositivo regimental criado para regulamentá-lo.

Contra qualquer limitação de prazo há também o fato de que o primeiro turno da votação sequer foi concluído. Faltou a apreciação da matéria destacada para votação em separado. O período máximo de dez dias previsto, portanto, para se promover novo turno não se aplicaria ao caso do substitutivo do deputado Valmor Giavarina.



Um grupo de deputados conversa descontraidamente no Congresso Federal antes do recesso branco

Ulysses e Veiga negam pressões

Da Sucursal de Brasília

Num desagravo ao ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, e o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, eximiram-nos ontem de quaisquer vetos ou pressões para a derrubada da emenda Jorge Uequed, que ampliaria a anistia aos militares cassados.

"As conversações se deram no mais alto nível", afirmou Ulysses Guimarães. De acordo com ele, a crise vivida esta semana foi política. Segundo Ulysses, a crise vivida esta semana —"que foi política"—, chegou a atravessar a praça dos Três Poderes mas não chegou ao Setor Militar Urbano de Brasília, onde fica o Quartel General do Exército.

O deputado Pimenta da Veiga também enalteceu a flexibilidade dos ministros militares. "O problema é que, na forma em que foi concebida, a emenda acabaria contemplando um enorme contingente de pessoas demitidas por motivos não políticos", disse. A parte das questões financeiras —a estimativa era de que seriam necessários Cr\$ 3 trilhões para as indenizações dos anistiados—, Pimenta voltou a enumerar os inconvenientes administrativos de se reintegrar militares afastados e que agora seriam promovidos como se tivessem permanecido na tropa.

Assessores parlamentares

"Equivocadamente ou não" —disse o secretário-geral do PMDB, deputado Roberto Cardoso Alves—, "o fato é que houve um confronto e, mesmo sem fazer pressões, as Forças Armadas souberam administrar uma crise artificial sem perder terreno". Essa habilidade, aliás, os militares da Nova República vêm desenvolvendo com capacidade dentro do Congresso Nacional. Ao todo, os três ministérios militares e o Estado-Maior das Forças Armadas têm 24 funcionários dentro do Congresso —entre eles, treze oficiais na função de assessores parlamentares.

Nos sete meses do novo governo, essas assessorias já acumulam uma considerável série de vitórias nas mais diferentes áreas. Logo no início da reforma eleitoral, por exemplo, conseguiram evitar que se tornassem eleitores os cabos e soldados tanto das Forças Armadas como das Polícias Militares.

Promovendo encontros, almoços, coquetéis e até excursões e palestras com parlamentares, os ministros militares, por sua própria iniciativa, "quebraram o gelo" que os separava até mesmo das correntes mais radicais da política brasileira. Com esse trabalho de persuasão foi possível sufocar em tempo recorde a crise gerada pela denúncia da existência de torturadores nos quadros da ativa do Exército.

Atualmente, só o Exército acompanha a tramitação no Congresso de 108 projetos do interesse da instituição. Além disso, há os discursos, as decisões nas comissões e as articulações à parte do plenário. (M.C.)

OS TERMOS DA VOTAÇÃO

Emenda — proposta apresentada como acessória de outra. Pode sugerir a supressão de qualquer parte da proposta original, acrescentar outra, modificá-la sem alterar a substância ou mudá-la radicalmente.

Destaque — recurso regimental que permite a aprovação de uma matéria por partes. A parte destacada —artigo, parágrafo, alínea, frase ou mesmo uma única palavra da proposição— é votada de forma independente, como se fosse outra proposta.

Projeto — instrumento pelo qual a Câmara e o Senado exercem sua função legislativa. O projeto destina-se a regular as matérias de competência do Poder Legislativo definidas pela Constituição e pode consubstanciar uma nova lei ordinária ou complementar (que regula dispositivos constitucionais) ou a modificação da própria Carta. Daí as expressões correntes no Congresso: projeto de lei, projeto de lei complementar, proposta de emenda constitucional.

Substitutivo — emenda que altera substancial e globalmente o conjunto da proposta original. Pode ser apresentado por qualquer deputado, mas sua existência depende de aprovação da comissão que examina a matéria original.

Primeiro turno — primeira votação de uma matéria. As propostas de emenda à Constituição só são consideradas aprovadas se obtiverem dois terços dos votos da Câmara e do Senado em dois turnos, ou seja, em duas votações, que tanto podem ser realizadas uma em seguida à outra ou em dias diferentes. Os projetos de lei também podem ter dois turnos de votação, nas seguintes situações: quando houver pareceres divergentes entre as comissões por onde tramitam ou a pedido de um líder partidário.

Quórum — número mínimo de parlamentares exigido para a abertura das reuniões, votações e até apresentação de determinadas proposições.

Quórum para votação — dependendo da natureza da matéria em apreciação há um número mínimo específico para votação. Os projetos de lei ordinária são aprovados pela metade mais um dos votos, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Casa (a metade mais um de toda a Câmara ou Senado). Os projetos de lei complementar só são aprovados quando recebem a maioria absoluta dos votos dos membros da Casa.

Obstrução — qualquer atitude tomada por um parlamentar ou grupo deles que provoque o retardamento de uma votação ou inviabilize a sua realização. A prática corrente é a inscrição do maior número possível de deputados em todas as oportunidades de ocupação da tribuna, com o objetivo de prolongar ao máximo a duração dos trabalhos, cansando os que têm o controle dos votos.

Quórum para alteração da Constituição — as propostas de emendas constitucionais só são aprovadas quando recebem dois terços dos votos dos membros de cada Casa, em duas votações separadas. Ou seja, 46 votos dos 69 senadores e 320 votos dos 479 deputados.

Questão de ordem — toda dúvida sobre a interpretação das normas que regem uma sessão da Câmara, do Senado, conjunta das duas Casas ou de uma comissão, ou mesmo que estabeleça relações entre o funcionamento da Casa e a Constituição. Recurso tradicional de obstrução, caracterizado pelo levantamento sistemático de dúvidas, com o objetivo de protelar a votação.

Retirada de plenário — manobra que consiste na negação de quórum para as votações. Um grupo político que não tenha número de votos suficiente para aprovar ou rejeitar uma matéria pode inviabilizar sua votação: retirando-se do plenário nos casos em que sua permanência contribuiria para o atendimento do número mínimo de presentes exigido.

Plenário — recinto de reuniões de todos (ou quase) os membros de um colegiado (a Câmara ou o Senado, separadamente, ou o Congresso). Sessão plena, em que seus participantes estejam maciçamente presentes.

Mérito — essência, ponto fundamental da proposta que esteja em votação. Um destaque, por exemplo, é objeto de duas votações: primeiro, do requerimento que viabilize a apreciação em separado de parte de uma proposta; em seguida, do mérito da parte destacada.

Sessão — reunião ordinária, extraordinária ou solene dos colegiados técnicos da Câmara e do Senado, ou plena das duas Casas.

Emenda constitucional — modificação de qualquer parte da Constituição resultante de uma proposta apresentada por deputado, senador ou de iniciativa do próprio presidente da República, votada pelo Congresso.

Requerimento de destaque — pedido formal de votação em separado de determinadas partes de uma proposta legislativa.

Pedido de verificação de quórum — solicitação dirigida ao presidente da sessão para que verifique se há no plenário o número de presentes exigido para a votação de uma matéria ou a realização de uma sessão. Costumemente utilizado para inviabilizar o voto simbólico de liderança (em que os líderes votam pela bancada, geralmente com a presença reduzida de parlamentares à sessão).

Regimento — conjunto de normas que regem o funcionamento das sessões do Legislativo, dos discursos às votações.

Ampliação da anistia é rejeitada

Da Sucursal de Brasília

Depois de cinco horas de discussão que entrou pela madrugada e a despeito de ter em plenário quase quatrocentos deputados, o Congresso Nacional rejeitou ontem a emenda anexada à proposta de convocação da Constituinte que pretendia ampliar a anistia aos funcionários públicos civis e militares cassados pelos governos revolucionários. Falaram 114 votos para que fosse alcançado o quórum de dois terços (320 votos) da Câmara para a aprovação de modificações constitucionais.

A anistia recebeu 206 votos favoráveis e 132 contrários. Entre os últimos, o presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (SP), cuja posição contrária foi invocada por mais de seis oradores de partidos de oposição, que apontavam a incoerência do parlamentar paulista, pela contradição com as promessas de campanha para eleição de Tancredino Neves.

Declaração de voto

Mesmo sem amparo regimental (no início das votações só falam os líderes), Ulysses Guimarães obteve do presidente do Senado, José Fregelli, autorização para ocupar a tribuna e explicar porque votaria contra a anistia, quando no dia anterior havia contribuído, com seu

voto, para a aprovação do destaque da matéria.

O presidente do PMDB, depois de lembrar o seu empenho, juntamente com o líder do governo, em favor de um acordo interpartidário, e de lamentar a sua não concretização, justificou-se dizendo que dentro em breve a concessão de anistia passará a ser uma prerrogativa exclusiva do Congresso (com a aprovação do restabelecimento das prerrogativas do Legislativo). Então, argumentou, as forças políticas conseguirão decidir como bem entenderem sobre a readmissão e reintegração de militares.

A sessão

Os discursos, predominantemente de ataque à posição do PMDB, começaram às 23h (depois da votação da reforma tributária) e se prolongaram até 1h30 da manhã, quando começou a votação do primeiro destaque. Uma hora depois era rejeitada a proposta do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), por 278 votos contrários, 84 a favor e uma abstenção, que pretendia excluir da Constituinte os senadores eleitos em 1982 e que em 1987 ainda estarão no exercício do mandato.

Logo em seguida foi iniciada a votação da emenda da anistia, intercalada pelos discursos de Pimenta da Veiga e Ulysses Guimarães, e proclamados os resultados às 2h20.

Vice-líderes se dividem

Da Sucursal de Brasília

Uma das consequências da votação da proposta de convocação da Constituinte foi a rebelião de metade do colégio de vice-líderes do PMDB na Câmara contra a orientação do líder do partido, Pimenta da Veiga, no sentido de que se rejeitasse a proposta de anistia do deputado Jorge Uequed, votada na madrugada de ontem. Votaram contra a orientação da liderança onze vice-líderes; a favor outros onze e dois se ausentaram.

Ontem à noite alguns dos vice-líderes rebeldes —inclusive o próprio Uequed— se reuniram para decidir se permanecem ou não no quadro de auxiliares de Pimenta da Veiga, mas um deles —o amazonense Mário Frota— já antecipou que procurará o líder hoje para colocar o cargo à disposição. Frota entende que a mesma atitude deve ser adotada pelos outros dez companheiros que votaram a favor da emenda Uequed e afirma que repetirá o "voto mil vezes, para não violentar a consciência".

Em entrevista coletiva concedida à tarde, Pimenta da Veiga afirmou que o quadro de vice-líderes "tem que ser harmônico, não comporta divergências" e que iria "tomar providências" em relação ao caso. A primeira delas foi solicitar cópia da ata da votação da madrugada de ontem, para saber como votaram os seus vice-líderes.

Além de Mário Frota e de Uequed, deixaram de cumprir a orientação da liderança os vice-líderes Ailton Soares (SP), Darcy Passos (SP), Artur Virgílio Neto (AM), Jônia Marize

(MG), Lélle de Souza (RS), Renan Calheiros (AL), José Fogaça (RS), Marcondes Pereira (SP) e Raul Ferraz (BA). Acatarem a liderança os vice-líderes Israel Dias Novais (SP), Tidei de Lima (SP), Cássio Gonçalves (MG), Valmor Giavarina (PR), Genebaldo Correia (BA), Heráclito Fortes (PI), Márcio Braga (RJ), Theodoro Mendes (SP), Walmore de Luca (SC), José Carlos Vasconcelos (PE) e José Mendonça de Moraes (MG). Hélio Manhães e José Maria Magalhães se ausentaram.

Ao lado da possibilidade de renúncia dos vice-líderes, a crise aberta com a votação de ontem tende a reacender o debate sobre o voto de liderança, pelo qual os líderes partidários votam cerca de 90% das propostas submetidas à deliberação na Câmara. O secretário-geral do PMDB, Cardoso Alves, em meio à votação, comentou: "Isso demonstra que, num processo em que o líder não comanda nada, não pode mais existir o voto de liderança". À tarde, o deputado mineiro Manoel Costa articulava a formação de uma "liderança paralela" do partido.

Nesse quadro de desconformismo, uma das manifestações mais sintomáticas partiu do vice-líder Ailton Soares, habitualmente solidário com as posições do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães: "O dr. Ulysses quer ser o Jim Jones disso." Com estas palavras, Ailton se referia ao pastor americano Jim Jones, que anos atrás levou mais de novecentas pessoas ao suicídio, e ao fato de Ulysses, votando contra a emenda Uequed, estar levando seus correligionários ao "suicídio político".

Não há comando, afirma Israel

Da Sucursal de Brasília

"O PMDB não é de José Sarney. É do PMDB. O PFL acha que não é governo, mas também não é oposição. Não há lideranças, não há comando, não há governo", afirmou o deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), no início da discussão do substitutivo da convocação da Constituinte, ainda na terça-feira.

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), apressou-se em divulgar um quadro demonstrativo de votação da proposta do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), rejeitada por falta de quórum, que ampliava a anistia para civis e militares. Segundo Lourenço, a bancada do PFL tinha sido a mais fiel à orientação do governo, contra a aprovação da ampliação da anistia. Apenas dezesseis deputados do PFL votaram a favor da proposta de Uequed, enquanto 55 votaram contra.

Para Lourenço, ao lado da fidelidade do PFL ao governo, ficou clara a rebeldia dos parlamentares do

PMDB. A maioria dos peemedebistas, 93, votou favoravelmente à ampliação da anistia pretendida por Uequed. Acompanharam a orientação contrária à proposta do líder Pimenta da Veiga e do presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, apenas 73 deputados.

Os principais focos de rebeldia dentro do PMDB foram identificados nas bancadas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Pernambuco. O 1º vice-presidente do PMDB, Miguel Arraes, já tinha avisado: ficaria contra o governo e a orientação do líder. Os parlamentares de Minas Gerais, Estado de origem de Pimenta da Veiga, acompanharam o líder na votação. Em São Paulo, Estado de Ulysses, os votos dividiram-se: doze deputados acompanharam o presidente do partido e quinze votaram pela emenda Uequed. Do Rio Grande do Sul, apenas dois peemedebistas votaram contra a proposta de Uequed, enquanto 27 outros parlamentares (de todos os partidos) votaram pela ampliação da anistia.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTES	AUSENTES
23	Senado 46
63	Câmara 416
PRESENTES	AUSENTES
12	Assembleia Legislativa 72
8	Câmara Municipal 25